



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

Ofício n.º 414/1.ª-CACDLG/XIV/2021
NU: 675746

Data: 05-05-2021

ASSUNTO: Informação sobre a discussão do Projeto de Resolução n.º 1181/XIV/2.ª (PCP) –
“Recomenda ao Governo a revisão das carreiras profissionais da Polícia de
Segurança Pública”.

Caro Presidente,

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, e para o efeito do agendamento da sua votação final em sessão plenária, cumpre-me remeter a Vossa Excelência a súmula da discussão do Projeto de Resolução identificado em epígrafe, que teve lugar na reunião da Comissão hoje realizada.

Com os melhores cumprimentos, *e elevada consideração*

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Luís Marques Guedes)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Informação

sobre a discussão do

Projeto de Resolução n.º 1181/XIV/2.ª (PCP)

***RECOMENDA AO GOVERNO A REVISÃO DAS CARREIRAS PROFISSIONAIS
DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA***

O Projeto de Resolução n.º 1181/XIV/2.ª (PCP) – «Recomenda ao Governo a revisão das carreiras profissionais da Polícia de Segurança Pública», deu entrada na Assembleia da República em 6 de abril de 2021, tendo baixado à Comissão na mesma data, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Intervieram na discussão na Comissão, na reunião de 5 de maio de 2021, além do Senhor Deputado António Filipe (PCP), na qualidade de proponente, as Senhoras Deputadas Sara Madruga da Costa (PSD) e Susana Amador (PS) e o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

O **Senhor Deputado António Filipe (PCP)** fez a apresentação da iniciativa, referindo a distorção que os sindicatos da PSP identificam ao nível da progressão nas carreiras de oficiais e de chefe, conduzindo a desigualdade nas respetivas progressões, já que existem mais escalões nas carreiras de oficiais do que nas carreiras de chefe. Frisou que a progressão nas carreiras de chefe está bloqueada há décadas, daí que os sindicatos suscitem a necessidade de haver revisão das carreiras. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP propõe que a AR recomende ao Governo que a matéria da estrutura das carreiras possa ser objeto de negociação com as organizações sindicais, a qual está já a decorrer noutras matérias, para que se logre uma maior fluência na progressão, que a torne mais coerente e evite a estagnação, promovendo a valorização das carreiras, assim constituindo uma forma de combater a desmotivação e evitar o surgimento de movimentos inorgânicos que põem em causa a democracia, assinalando a importância de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

se valorizar o trabalho desempenhado pelos profissionais da Polícia de Segurança Pública.

A **Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)** saudou a iniciativa e manifestou a concordância do seu Grupo Parlamentar com a reivindicação, assinalando apenas uma divergência relativamente à abordagem e revelando a preferência por uma abordagem mais generalista, no sentido de ocorrer uma revisão de carreiras no seu todo e não apenas quanto à questão específica suscitada no projeto de resolução.

A **Senhora Deputada Susana Amador (PS)** constatou que a valorização das carreiras e a motivação dos profissionais que integram a PSP é preocupação comum, identificando três níveis de apreciação. O primeiro relacionado com o facto de se tratar de uma questão orçamental não prevista, assinalando que, não obstante e atendendo ao seu mérito, o Governo se encontra em negociação aberta com os sindicatos, estando em curso reuniões relativas à revisão dos subsídios e suplementos remuneratórios e tendo sido criado um grupo de trabalho interministerial, conforme o Despacho de 24 de março, para fazer face às obrigações do artigo 42.º da Lei do Orçamento de Estado, lembrando ainda o trabalho de audições desempenhado, na Assembleia da República, pelo Grupo de Trabalho para Avaliação das Condições de Trabalho das Forças de Segurança Pública. Referiu que o segundo nível se reporta à estrutura remuneratória entre diferentes carreiras, observando a necessidade de se terem em atenção os graus de complexidade associados a cada uma das carreiras e o facto de a PSP estar também sujeita à Lei dos Trabalhadores em Funções Públicas. Como terceiro nível, notou que a iniciativa não tem em conta a carreira seguinte, começando logo no nível 25, e considerou que tal poderá pôr em causa o equilíbrio de toda a tabela e criar novas desigualdades. Concluiu salientando a grande complexidade e os impactos a diversos níveis desta matéria e frisando que a mesma tem de ser analisada, mas através de diálogo e cumprindo-se o calendário orçamental atual, sem prejuízo de se fixar outro no futuro.

O **Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE)** observou que existem duas formas de diminuir uma proposta: uma, referindo que a proposta é positiva, mas que existem outras questões mais importantes a resolver; e outra, referindo que a proposta é positiva e que



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

até já estão a ser realizadas várias diligências. Nesse contexto, frisou que a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP tem premência precisamente porque não tem sido feito o que é preciso. Apontou a existência de fatores de bloqueio na progressão dos profissionais da PSP e referiu que estes constituem instrumento de exploração do ponto de vista emocional e do ponto de vista político por quem tem agendas que não são as mais fiáveis. Por último, exprimiu o acordo do Grupo Parlamentar do BE quanto à iniciativa, recomendando ao Governo que desbloqueie o que há tanto tempo está bloqueado.

No final do debate, o proponente agradeceu as posições manifestadas pelos demais Deputados intervenientes e sinalizou que ficara em dúvida sobre o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS, referindo que subscrevia algumas das considerações tecidas, mas considerando a questão orçamental um equívoco, entendendo que não está em causa a violação da norma travão, mas sim a negociação com os sindicatos e integração da questão à luz do quadro orçamental disponível. Concluiu manifestando a sua expectativa positiva quanto à aprovação do Projeto de Resolução em Plenário, à sua publicação como Resolução da AR e à adoção de medidas pelo Governo em cumprimento do dever político inerente à aprovação da iniciativa.

Palácio de S. Bento, 5 de maio de 2021

